

Trauma e repetição: O sinistro e suas formas literárias em três momentos da nossa história

Daniela Birman

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

ABSTRACT

This article discusses the problematics of trauma, memory formation and the diverse forms of the uncanny (*unheimlich*) found in prison writings by Everardo Dias, Graciliano Ramos, Dyonelio Machado and Flávio Tavares, referring to different moments of suspension of rights and authoritarianism in twentieth century Brazil (the marshal law imposed in 1922-1926, followed by the Vargas and military dictatorships). In comparing these works, I reflect on questions crucial to the testimony of violence, such as the difficulty of its symbolization and the importance of the construction of memory and of the differential repetition through writing.

Keywords: prison writing; the uncanny; trauma; memory; differential repetition

O artigo discute a problemática do trauma, da formação da memória e das diversas formas do *insólito* (*unheimlich*) em escritas carcerárias de Everardo Dias, Graciliano Ramos, Dyonelio Machado e Flávio Tavares, referentes a diferentes momentos de suspensão de direitos e autoritarismos do século XX (o estado de sítio entre 1922-1926, as ditaduras Vargas e militar). Ao confrontar essas obras, refletirei sobre questões cruciais ao testemunho da violência, tais como a sua dificuldade de simbolização, a importância da construção da memória e aquela da repetição diferencial pela escrita.

Palavras chave: escrita carcerária; insólito; trauma; memória; repetição diferencial

Introdução

Logo depois de voltar da Colônia Correcional Dois Rios, na Ilha Grande, ao Complexo Penitenciário Frei Caneca, Graciliano Ramos, com a aparência e a saúde devastadas, tem uma “súbita bulimia” (Ramos, 2008, p. 545). O episódio lhe recorda outro, similar, sofrido no hospital quando foi operado, cerca de cinco anos antes. A semelhança não está, contudo, apenas na duradoura inapetência seguida de voracidade, mas nas dores físicas e, podemos concluir, no sofrimento de quem, debilitado, se defronta com a ideia da morte. As reminiscências e os delírios sofridos durante a internação hospitalar serão recriados nos contos “Paulo” (Ramos, 2003, pp. 45-52) e “O relógio de hospital” (*ivi*, pp. 33-43), redigidos na cadeia em 1936¹. “Necessário fixar isso, achava-me na verdade perto disso”, escreve Graciliano em suas *Memórias do cárcere* (Ramos, 2008, p. 546), publicadas em 1953. Este apoio na memória de uma experiência radical vivida no passado também foi empregado por Dyonelio Machado ao aproveitar ficcionalmente em *O louco do Cati* (2003), de 1942, o mesmo momento histórico atravessado por Graciliano Ramos quando redigiu os dois contos: a ditadura de Getúlio Vargas. Os dois episódios, aliás, se parecem um com a imagem invertida do outro.

É importante lembrar, nesse contexto, que *O louco do Cati* é marcado pela experiência prisional do seu autor. Dyonelio foi encarcerado, por “delito de opinião”, em julho de 1935, permanecendo confinado por mais de três meses. Após a eclosão da sublevação que ficou conhecida como “Intentona Comunista”, ele foi preso mais uma vez, tendo sido transferido um ano depois para o Pavilhão dos Primários, na Casa de Detenção no Rio de Janeiro, onde chegou a se encontrar com Graciliano Ramos. Dyonelio foi libertado dessa segunda prisão em 1937. Seu romance, porém, será redigido somente ao longo de outra experiência de sofrimento físico. O escritor se dedicou a ele num momento em que se encontrava doente, sofrendo de uma cardiopatia, em 1941. Será, assim, de sua cama de enfermo que ele ditará a narrativa para a sua esposa e para a filha. Segundo resume o autor, “*O louco do Cati* foi um desafio com a morte, ou eu escrevia o livro ou morria. Está meio dramático, mas é certo” (Machado, 1995, p. 28)².

Os dois episódios trazem, em seu cerne, uma questão crucial para a literatura do confinamento: aquela a respeito da importância do apoio da memória e da repetição diferencial, na escrita, para a elaboração da situação de sofrimento do presente. Será, pois, esta problemática que buscarei examinar ao me debruçar sobre escritas carcerárias referentes a três momentos de combate à ordem político-social da história brasileira no século XX: a oposição ao governo Artur Bernardes (1922-1926), que presidiu o país sob sucessivas decretações de estado de sítio; a resistência aos avanços nazi-fascistas e ao governo Getúlio Vargas, às vésperas e durante o Estado Novo (1937-1945); as lutas contra a ditadura militar (1964-1985). Desse modo, além de analisar os citados textos de

¹ Mais precisamente, os contos “Paulo” e “O relógio do hospital” datam, respectivamente, de 9 e 23 de julho de 1936. Ambos foram redigidos na chamada Sala da Capela, na Casa de Correção da Frei Caneca (Ramos, 9 jul. 1936; Ramos, 23 jul. 1936). Um terceiro conto foi ainda escrito na Sala da Capela (Ramos, 8 ago. 1936): “A testemunha”, também incluído em *Insônia* (Ramos, 2003, pp. 99-108).

² Lembro que, após já ter escrito *O louco do Cati*, o escritor foi mais uma vez detido, em 1942, sendo solto algumas horas depois.

Graciliano e Dyonelio, incluirei neste estudo *Bastilhas modernas* (1927), narrativa de autoria do militante do movimento operário Everardo Dias, na qual ele denuncia as violências e os arbítrios cometidos durante o governo Bernardes; e o testemunho da ditadura militar brasileira transmitido pelo jornalista Flávio Tavares em suas *Memórias do esquecimento* (2005).

A confrontação desses textos, acredito, poderá se revelar produtiva, levando-me à indagação a respeito das potencialidades e dos limites narrativos e literários de diferentes escritas do confinamento, analisadas aqui a partir da situação presente atravessada por seus autores no momento da sua redação e das escolhas que estes fizeram, incluindo as opções entre ficção e não ficção, o emprego de distintas formas do *insólito* (*unheimlich*), a prioridade na documentação do testemunho. Seguirei, nesta abordagem, uma ordem cronológica.

A materialidade do sinistro nas *Bastilhas modernas*

A obra *Bastilhas modernas*, do jornalista e militante pioneiro do movimento operário Everardo Dias, traça um rico e rigoroso panorama das prisões políticas da República Velha, focalizando em especial as condições dos encarcerados durante os dois últimos anos do governo Artur Bernardes (1924-1926)³. Como é bastante conhecido, durante este período o país vivia quase ininterruptamente sob estado de sítio, desde julho de 1922, antes da posse do novo presidente, até dezembro de 1926, quando o presidente seguinte, Washington Luís, já havia assumido.

Atuante em correntes e movimentos diversos de oposição e insurreição contra as oligarquias no poder, a trajetória de Dias revela esses variados (e muitas vezes imbricados) combates à ordem dominante do período. Incluindo seu envolvimento com o movimento operário, com a maçonaria e com o anarquismo, Dias, segundo resume o sociólogo Ridenti, “transitou como poucos pelos movimentos contestadores da República Velha [...], do livre pensamento ao comunismo, do republicanismo ao tenentismo” (Ridenti, 2010, p. 11). Sem expor de modo pormenorizado este percurso, esboçarei aqui, em linhas gerais, algumas das suas participações nas lutas que o levaram a três de seus aprisionamentos, limitando-me ao período entre 1919-1926 (Ridenti, 2010; Leuenroth, 1977; Dulles, 1977).

Ao ter se aproximado e participado do movimento operário, o livre-pensador Everardo Dias foi preso após a decretação da greve paulista de 1919, com a repressão que se seguiu. Levado até Santos, ele foi surrado, recebendo 25 chicotadas. Expulso do país, Dias chegou a ser transportado, junto com outros 22 deportados no navio *Benevente*, do Lloyd Brasileiro, até a cidade de Vigo, mas não conseguiu desembarcar, pois seu visto havia sido negado. De fato, embora nascido na Espanha, Dias veio para o Brasil com apenas dois anos, tendo se naturalizado brasileiro. Após uma forte campanha na imprensa e no

³ Embora estudiosos tenham optado ultimamente por empregar o termo Primeira República à República Velha, evitando-se assim corroborar a ideia de que as desigualdades, as injustiças e os desrespeitos do período chegaram ao fim, acompanho Marcelo Ridenti na manutenção do adjetivo “velha”, no que diz respeito às lutas de Everardo Dias. “[...] seria asséptico demais, e até incorreto, dizer que o republicano Everardo Dias era contra a Primeira República. Ele combateu o que lhe parecia velho, incompatível com o futuro de liberdade e igualdade que se almejava e com a própria ideia de República” (Ridenti, 2010, p. 19).

Congresso, a expulsão foi reconsiderada e ele retornou ao Brasil. Seu testemunho sobre essa viagem foi transmitido no livro *Memórias de um exilado* (Dias, 1920). Já nas suas *Histórias das lutas sociais do Brasil* (Dias, 1977), de 1962, ele enfatiza as consequências das expulsões de líderes operários, que teria retirado parte da força e coesão do proletariado.

Em 1923, Dias foi preso novamente. Desta vez, a reação repressiva teve em sua origem, como ele próprio relata na mesma *História das lutas sociais no Brasil*, “um trabalho de reagrupamento das forças dispersas depois do fracassado levante de julho de 1922 [primeira revolta tenentista]” (Dias, 1977, p. 132). Sua ajuda havia, pois, sido solicitada para a colaboração num movimento de derrubada da oligarquia dominante, que, após a denúncia de um espião e o descuido de um líder operário, acabou acarretando no novo período de confinamento.

Em 1924, Dias participou de episódios ligados à revolta tenentista conhecida como Segundo Cinco de Julho. Ele havia sido procurado, em busca de auxílio, pelo próprio general reformado Isidoro Dias Lopes, líder do movimento que viria a eclodir em São Paulo no aniversário de dois anos da insurreição de Copacabana. O jornalista se envolveu ainda na chamada “conspiração Protógenes”, organizada pelo almirante Protógenes Guimarães. Pouco após ter impresso um manifesto que deveria circular horas antes do levante, ele foi mais uma vez preso⁴.

Aprisionado em agosto, Dias passou pela Polícia Central, pelas casas de Detenção e Correção, pelas ilhas Rasa, das Flores e do Bom Jesus. Será este aprisionamento durante o governo Bernardes que ele nos contará de modo bastante pormenorizado e documentado em suas *Bastilhas modernas*, obra aqui enfocada. Publicado ainda durante o calor dos acontecimentos, o livro não relata, porém, o envolvimento de Dias com os militares, sintetizado logo acima, de forma que o autor evita assim a produção de provas contra si mesmo. Sua narrativa concentra-se, em grande parte, nos anos de 1924, a partir do levante de 5 de Julho, e de 1925. Segundo ele, este é “o período de maior perseguição e bestialidade exercido pela polícia carioca” (Dias, 1927, p. 288).

Além de partilhar os horrores vividos e testemunhados por ele próprio nesses distintos espaços de confinamento e desterro, o autor se apóia em relatos de terceiros na construção de sua narrativa. Esta inclui ainda assim os sofrimentos dos presos da Marinha na Ilha das Cobras, os trabalhos forçados a que foram submetidos os deportados para a Ilha da Trindade, os açoites aplicados aos operários no navio Campos e a denúncia do altíssimo número de mortes ocorrido no Núcleo Colonial Cleveland, conhecido como Clevelândia⁵. Para completar e consolidar seu testemunho, o autor inclui também em seu livro uma série de documentos, enfatizando desse modo o caráter verídico do que transmite.

É importante frisar que, ao redigir este relato, Dias se bate com a versão oficial da história apresentada pelo governo e batalha pela escrita de uma

⁴ Everardo Dias foi encarcerado ainda na onda de prisões desencadeada pela reação à sublevação comunista de 1935, na qual também foram confinados Graciliano Ramos e Dyonelio Machado.

⁵ Para se ter uma ideia desse número, um relatório remetido ao ministro da Agricultura revela que, em 1925, dos 946 enviados à Clevelândia, 444 tinham morrido. Segundo sintetiza Paulo Sérgio Pinheiro, “o envio para Clevelândia [...] representava alguma coisa equivalente a uma sentença de morte” (Pinheiro, 1991, p. 95).

memória dos vencidos. O próprio título do seu livro deve ser contextualizado a partir da situação de disputa pela memória em que se encontrava seu autor. Este cita, pois, um debate político desenrolado no senado em que se discutiu a nomeação dos cárceres políticos de bastilhas, assim como a existência destas. O debate teve início com a campanha iniciada pelo parlamentar Moniz Sodré, na qual ele denunciou as terríveis condições de encarceramento dos presos políticos.

Empenhado em provar a realidade de tais bastilhas, Dias opta por não resvalar jamais para a ficção em seu testemunho, mesmo quando reconhece a dificuldade de apresentar tais locais de confinamento (“Oh! Impossível descrever aqueles antros de horrores [...]”; Dias, 1927, p. 50) e estabelece um diálogo explícito com a literatura fantástica⁶. Desse modo, além de escorar a veracidade de sua narrativa, segundo mencionei, na transmissão de testemunhos (seu próprio e de terceiros) e na reprodução de documentos, ele se atém, em boa parte do livro, a um relato objetivo, descritivo e detalhado. É assim que descreve com minúcias as prisões por onde passou, incluindo os tratamentos aí recebidos e as situações várias que integram a rotina do encarceramento - “Como se prende”, “A hora de depor”, “As transferências” e “A espionagem na cadeia” são, por exemplo, alguns dos capítulos da obra. Já em “Os desterrados do Oiapoque”, o empenho em restabelecer a verdade dos vencidos se concretiza na escrita de nomes de prisioneiros que morreram no Núcleo Colonial Cleveland. A lista, que segue a memória daquele que tem seu testemunho reproduzido neste capítulo, ultrapassa quatro páginas.

Entre os documentos intercalados ao relato de Dias estão discursos de políticos, cartas, um aviso do Ministério da Justiça e até mesmo a transcrição do seu pedido de *habeas corpus*, apresentado ao Supremo Tribunal. Estes documentos são confrontados a outros, em defesa do governo, como o elogio publicado por jornal ao então chefe de polícia. A consciência do militante operário sobre a disputa pela memória que então se desdobra pode ser apreendida no comentário que ele faz logo após transcrever tal texto: “E é assim que os tiranos e déspotas escrevem a história” (*ivi*, p. 125).

Para ser fiel (e solidário) ao sofrimento e suplício vivido por ele e seus companheiros, o relato de Dias deverá, contudo, apontar a dimensão de horror e morte atravessada por eles. Como, pois, se manter numa narrativa objetiva e documental e ao mesmo tempo evocar um sofrimento que resiste ao simbólico?

Segundo resumirei aqui, a conciliação entre, por um lado, a função referencial da linguagem e a apresentação de uma versão verídica do passado e, por outro, a dimensão traumática desta história, incluindo aí sua dificuldade de elaboração e formação de memória, será realizada de formas várias, alcançando maior ou menor potência. Dias estabelece, com efeito, dois diálogos fundamentais, nos quais se apoiará: com a própria história dos castigos, em seus variados regimes punitivos, e com a literatura fantástica – explorada, como se sabe, por Freud na sua análise do insólito. Além disso, ele trabalhará com esta última noção de forma bastante particular.

Chama a atenção, primeiramente, o fato de que o relato objetivo, documental e minucioso de Dias seja acompanhado de uma série de adjetivos e imagens que enfatizam a dimensão assustadora dos fatos relatados. O próprio

⁶ Lembro que, ao transcrever aqui trechos das *Bastilhas modernas*, atualizei a ortografia da passagem reproduzida, sempre que necessário.

termo *sinistro*, uma das traduções empregadas para *unheimlich*, é repetido ao longo da obra. São sinistros, assim, cárceres da 4ª delegacia auxiliar; o “bojo do [navio] Campos” (*ivi*, p. 139) e seus espancadores; ameaças feitas; o som da caminhada dos presos, ao entrar na Detenção etc. Entre os outros adjetivos empregados para qualificar os indivíduos e seus agrupamentos, cenas e espaços estão nomes mais apropriados a uma história de terror, como espectrais, fúnebres, macabros, lúgubres, diabólicos, infernais.

Em certas passagens, os termos escolhidos parecem ter uma dupla função (ou deslizar de uma a outra): além de evocar a dimensão sinistra dos acontecimentos narrados, eles remetem a outros regimes punitivos, supostamente ultrapassados. Estas sobreposições entre diferentes temporalidades e castigos se fazem presente, por exemplo, na nomeação dos locais de confinamento de navio-inquisição ou negreiro, masmorras espectrais e, sobretudo, nas bastilhas medievais, a que faz referência o título do livro⁷.

Ao realizar imbricações entre distintos castigos e regimes punitivos, Dias, contudo, não apenas enfatiza a atmosfera sombria de seu relato, dando prosseguimento ao trabalho de permear sua narrativa ordenada e de tom jornalístico com uma série de adjetivos por meio dos quais se esforça em dizer o que parece escapar à referência – embora, friso aqui, este recurso, empregado numa escrita presa ao seu caráter documental, tenha potência bastante limitada. O autor, com efeito, também realiza uma interpretação do seu presente, cuja dimensão traumática e excessiva constitui obstáculo à produção de sentido. Para isto, ele se apóia, como Graciliano e Dyonelio, na memória do passado.

Ao testemunhar, pois, o sofrimento dos prisioneiros políticos entre os anos de 1924 e 1926, Dias revela um tempo que se amontoa, no qual diferentes castigos e locais de confinamento se imbricam. Este seu movimento pode ser comparado àquele do anjo da história de Benjamin, que, ao se virar para o passado, enxerga “uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés” (Benjamin, 1993, p. 226). Dias não narra, com efeito, a passagem linear de um regime punitivo para o outro, mas sobreposições entre sofrimentos e barbaridades pertencentes a vários regimes políticos, que se somam e misturam num tempo de exceção e brutalidade. A prisão, assim, castigo moderno por excelência, se mescla em sua denúncia àquele do desterro, do suplício ou mesmo aos trabalhos forçados e açoites. Este apoio na memória do passado permite ao escritor elaborar e produzir significado ao seu presente – de modo, aliás, bastante consequente – e unir seu destino ao de perseguidos políticos de outras lutas da nossa história. Além disso, ele reforça seu empenho em ativar um imaginário ao mesmo tempo repressivo e fantasmagórico⁸.

Embora de força reduzida, o diálogo com a literatura fantástica parece ser estabelecido de modo bastante consciente pelo autor, que chega a intitular

⁷ A referência ao Campos como um navio negreiro é feita numa das cartas lidas por Moniz Sodré no Senado durante sua campanha de denúncia às violências cometidas contra os presos políticos. Passagens de dois discursos de Sodré, incluindo a leitura dessa citada carta, estão reproduzidas nas *Bastilhas modernas* (Dias, 1927).

⁸ Esta leitura das imbricações entre diferentes castigos e regimes punitivos nesse título do militante pioneiro do movimento operário foi apresentada por mim na comunicação “Batalha pela memória e pela justiça no testemunho de Everardo Dias em *Bastilhas modernas*”, no Simpósio Margens da Democracia, em março de 2011 na FFLCH da USP. Retomo aqui algumas das observações expostas nesta comunicação.

um capítulo do livro “Uma cena à Egard Poe”. A passagem é dedicada à morte de um catador de papel durante o embarque de prisioneiros no navio Campos. Descrito como “um pobre velhinho, olhos fundos de imenso brilho, rosto escaveirado e macilento, ornado de longas barbas brancas de apóstolo, a roupa suja em farrapos” (Dias, 1927, p. 139), o catador de papéis cai e racha o crânio ao ver, horrorizado, seus companheiros sendo chicoteados na escada do navio. Mesmo sangrando e inerte, ele é guindado ao Campos: “À medida que ia subindo aquele corpo inanimado batia ora com as pernas ora com a cabeça contra o costado do navio” (*ivi*, p. 142). Como se conclui facilmente ao ler esta passagem, a linguagem, a caracterização do protagonista, o título do capítulo e seu tema macabro citam, explicitamente, as histórias fantásticas e de horror, celebrizadas por Poe.

Contudo, Dias também trabalha o sinistro de modo mais sutil. Com efeito, este surge de forma surpreendente como resultado do esforço de precisão do autor. É, pois, ao se ater à descrição concreta das prisões que o escritor obtém intenso efeito, alcançando maior potência do que no uso dos adjetivos, citações e caracterizações ligados ao aparato fantástico. Além disso, ao realizar este trabalho com o insólito, Dias se aproxima da própria conceitualização do termo explorada por Freud.

Como se sabe, ao se debruçar sobre este conceito, Freud o compreende como “a variedade particular do assustador que remete ao que há muito tempo é conhecido, desde muito familiar” (Freud, 1985, p. 215, tradução minha). Esta conclusão será inicialmente exposta na análise dos significados que o termo ganha ao longo do tempo na língua alemã e, em seguida, na apresentação de impressões, acontecimentos, pessoas e situações que suscitem esse sentimento, com intensidade e nitidez. Com efeito, ao tratar das acepções do termo *heimlich*, antônimo do conceito examinado, Freud mostra como ele é plurívoco e se tornou ambivalente ao longo das transformações da língua, “até que ele finalmente coincide com o seu oposto *unheimlich*. *Unheimlich* é de certo modo uma espécie de *heimlich*” (*ivi*, p. 223). Dessa forma, aquilo que é assustador, o tipo particular de angústia que o psicanalista trata no artigo, também remete ao familiar.

Não avançarei mais, por ora, nesta leitura de Freud. Interessa-me, antes, examinar no texto de Everardo Dias esta passagem do familiar, do cotidiano, ao supostamente desconhecido, que impulsiona o sentimento sinistro. Pois, a transposição do *heimlich* ao *unheimlich* em *Bastilhas modernas* se desdobra na descrição dos horrores concretos da prisão e na sua capacidade de evocar este familiar-secreto. Não se trata, ao menos não num primeiro momento, do uso de adjetivos e citações relativos a um universo irreal ou fantasmagórico, mas na atenção dispensada ao detalhes materiais que integram a rotina prisional. Esses horrores concretos do cárcere remetem, é claro, a uma dimensão da morte que se esconde da vida, mas faz parte dela, dimensão lembrada e vivenciada cotidianamente nas bastilhas modernas. “A única diferença que nos separava dos mortos era [...] isto: pensar e comer. A própria prisão tinha qualquer coisa de tumular: a penumbra [...], o isolamento enquanto ao nosso lado, e sobre nossas cabeças tumultuava a vida...” (Dias, 1927, p. 69). Surge aqui, portanto, de modo claro, uma oposição entre pulsão de vida e de morte (Freud, 2010, pp. 161-239) na confrontação entre o familiar e o sinistro, tal como este é trabalhado por Everardo Dias.

O afeto *unheimlich*, neste caso, emerge a partir da descrição de ambientes verdadeiramente tumultuosos, marcados pela ausência de circulação de ar, de luminosidade e/ou pela imobilidade forçada, além da companhia de insetos e aracnídeos, como aranhas, lacraias, escorpiões, e não raro, de um cadáver, no lugar do antigo colega. Este ambiente pode ser identificado, por exemplo, no retrato traçado do túnel, um dos cárceres da Detenção. Em parte desta passagem, Dias permanece, com efeito, preso a uma exposição mais objetiva e precisa. E os adjetivos dos quais lança mão ganharão potência nesse contexto, me parece, devido ao desdobramento da concretude do túmulo familiar-estranho na evocação fantasmática da morte.

Sigamos a descrição de Dias. Segundo ele, nesta prisão, localizada perto dos porões, com um metro de largura por dois de profundidade, não entra a luz do sol. “A porta, além das grades, tem uma tela, tão tupida, que o próprio ar por ela não penetra” (Dias, 1927, pp. 63). Lá, o preso

mesmo que quisesse passear, a exiguidade do cubículo não permitiria. A imobilidade é, pois, forçosa. Assim passa as horas. Assim passa os dias. Assim passa as noites. Não lê, não conversa, não fuma [...]. Esta imobilidade, com o correr dos dias, começa a fatigar e torturar o preso” (*ivi*, p. 64).

Após uma semana no porão, ele transforma-se num personagem das histórias de terror, “um ser macilento, escaveirado, sem voz e sem ânimo até para viver” (*ibidem*).

A passagem da uma descrição mais objetiva e informativa para uma mais qualificativa se repete no retrato que Dias faz do Cubículo 59, da casa de Detenção, onde ficou encarcerado por dois meses. Inicialmente, como acima, o relato dispensa em boa parte o recurso do uso de adjetivos que definiriam de modo explícito o insólito:

O portelo tem pouco mais de um metro de altura, por uns 50 centímetros de largura, e é por ali que se cõa toda a luz e toda a ventilação, desse calabouço. As paredes estão encardidas, com uma faixa negra, a puxe de dois metros, como barra, e o teto cheio de cascão de cal velha, é um viveiro inesgotável e pululante de baratas, lacraias, aranhas e outros bichinhos venenosos e repugantes. A um canto do cubículo, à esquerda de quem entra, alteia sobre argamassa de cimento um buraco oleoso de sujidade, servindo de latrina; e por cima, a um metro mais ou menos, sai da parede uma torneira que só de manhãzinha tem água. [...] O ar que se respira é denso e pesado, pela falta de renovação. De fora não se vê quem está dentro, tal a escassez de claridade. [...] (Dias, 1927, p. 67).

Assim como na passagem citada mais acima, a descrição concreta do espaço em que foram confinados os prisioneiros leva à evocação manifesta do fantasmático. Este constitui, pois, uma espécie de reverso das condições terrivelmente adversas descritas anteriormente: “Passamos a ser enterrados vivos”, resume Dias (*ivi*, p. 69). Desse modo, o autor trabalha a dobra entre o familiar e o assustador, o *heimlich* e o *unheimlich*, na transição entre um relato calcado em referências palpáveis que permeavam o dia a dia dos presos para conclusões nas quais o sinistro é evocado, desta vez de modo mais potente, com imagens ligadas a uma dimensão fantástica.

Da doença à cadeia: Graciliano Ramos

Em maio de 1932, quando escrevia o capítulo 19 de *São Bernardo*, Graciliano Ramos foi operado de emergência para retirar um abscesso, formado após sofrer uma queda. Depois de receber alta, ele escreve a seu pai, Sebastião Ramos de Oliveira: “Quando saí do hospital, vim gemendo como um condenado e desci do automóvel meio morto. Mas parece que vou melhorando. Tenho uma fome danada, uma fome de fazer medo” (Ramos, 1981, p. 116; ver ainda Moraes, 1996). O enorme apetite experimentado no período de recuperação, segundo vimos, lhe retorna à memória quando passa por algo similar ao regressar da Ilha Grande. Desta vez, porém, sua necessidade é de açúcar. A aproximação entre os episódios acabará por levá-lo a recriar, na cadeia, as dores vividas durante a internação, na forma de dois contos. “Necessário escrever, narrar a mesa de operação; a cama dura, horríveis delírios, um tubo de borracha furando-me as entranhas como punhal. As cenas próximas já não me interessavam” (Ramos, 2008, p. 546).

Desse modo, ao se debruçar sobre as narrativas “O relógio do hospital” e “Paulo”, Graciliano elabora e recria, já com uma distância temporal de cinco anos, a experiência de sofrimento físico vivida anteriormente. Ao mesmo tempo, ele parece se apoiar nesta elaboração para atravessar e produzir significado para o presente. Pois, na medida em que o passado se associa e mesmo se renova nas dores que então vivencia, ele pode ajudá-lo a formar uma memória deste novo momento traumático. Lembro, nesse contexto, que logo após chegar da Colônia Correcional, Graciliano se aflige por perceber, em tão curto intervalo de tempo, “vacilações na memória” (*ivi*, p. 553). E, como se sabe, uma das características do evento traumático constitui exatamente no fato de que ele é vivenciado sob a surpresa e o terror, de modo a dificultar sua assimilação, conhecimento e acesso à consciência por aquele que o atravessou (Freud, 2010, p. 161-239)⁹.

Além do repentino retorno de imenso apetite, a perna submetida à cirurgia, doendo terrivelmente já na chegada à Colônia, não lhe daria sossego depois do período de jejum na ilha. De volta ao Rio, na Casa de Correção, ele sente como se seus ossos fossem se decompor. Cito uma passagem sobre uma de suas primeiras noites na Sala da Capela, na Correção:

Apagaram-se as luzes. Os gemidos subiram, e assaltou-me a recordação viva do hospital. Era assim que me comportava naqueles dias pavorosos, a barriga aberta, um pedaço de borracha a furar-me as entranhas. Impossível calar-me. Os gritos renovavam as torturas do hospital (Ramos, 2008, p. 546).

Lembro, porém, que as lembranças do hospital não aparecem apenas neste momento do seu confinamento. Antes de ser mandado à Ilha Grande, no Pavilhão dos Primários, Graciliano já se dá conta do retorno destas, cujo início remonta ao seu aprisionamento (*ivi*, p. 345). E a possibilidade de transformá-las em dois contos surge junto com a tomada de consciência – opção envolta em preguiça e no inevitável desvio provocado pelas anotações que o escritor redigia sobre a cadeia. Além disso, as dores sentidas na Ilha Grande trariam de novo à mente os sofrimentos da doença.

⁹ Lembro que me apoio ainda na leitura de Freud realizada por Ruth Caruth em *Unclaimed Experience* (1996).

Na Sala da Capela, a recordação do hospital se intensifica, perseguindo Graciliano e permanecendo um obstáculo ao seu sono. Até que se torna também desejo de narrar. “Enfim a necessidade urgente de escrever dois contos. [...] Não sei fazer contos: precisava livrar-me daquilo, afastar o hospital e dormir” (*ivi*, p. 568). Em cerca de três semanas, o escritor conclui as duas narrativas, que ainda passariam pela sua revisão.

Em “O relógio do hospital” e “Paulo”, Graciliano trabalhará uma série de motivos e questões que podemos ligar tanto à sua passagem pela cadeia quanto à internação hospitalar, ambas aqui entendidas como experiências-limite. Entre estes, chamo a atenção primeiramente para aqueles do duplo, da perda dos olhos, do corpo amputado. Todos, como se conclui facilmente, explorados na literatura fantástica e na produção do efeito do *insólito*.

Segundo Wander Melo Miranda, os episódios do internamento e da cadeia destacam a fratura do sujeito, a partir do desdobramento do narrador naquele que lembra ao mesmo tempo em que é objeto da lembrança. No entanto, prossegue o crítico, o alcance de uma “suposta integridade” anterior – que estaria sendo buscada, de certo modo, pela escrita – se encontraria desde o princípio ameaçado, devido à divisão da narrativa em duas. Cito uma passagem que, embora um pouco extensa, sintetiza bem esta problemática, tal como trabalhada nos contos:

O problema se coloca, [...] a partir da relação do personagem-narrador com o próprio corpo e com o corpo da escrita, relação de despedaçamento, desagregação [...], que reativa tanto a dispersão atemorizante do fantasma do corpo despedaçado, quanto a angústia ligada ao fantasma da castração. De forma alucinatória, o retorno familiar e estranho do recalcado revela-se, em ambos os contos, através da atuação do duplo persecutório, da onipresença do desconhecido-conhecido. Em “Paulo” aparece como uma ameaça interna, dentro do corpo do doente e ocupando-lhe justamente a metade; em “O relógio do hospital” como ameaça externa, [...] concretizada no homem dos esparadrapos [...] de cuja imagem o narrador se torna [...] prisioneiro (Melo Miranda, 1992, p. 123).

De fato, podemos identificar nas experiências do hospital e da cadeia este acirramento da fratura do sujeito e do temor da amputação – presentes na impressão de decomposição dos ossos vivida por Graciliano na prisão e no próprio princípio do ato cirúrgico –, passíveis de se associarem ainda à angústia de castração. Este motivo, como se sabe, foi trabalhado por Freud ao examinar o pavor da perda dos olhos em “O homem da areia”, de E. T. A Hoffmann, e na ligação deste com o sentimento *insólito* provocado pelo conto (1985). A angústia ocular, segundo o psicanalista, constituiria frequentemente um substituto daquela da castração. E nesta relação entre os dois pavores e o sentimento *unheimlich* provocado pela história estaria em questão a dimensão do retorno do recalcado, sublinhado por Freud ao indicar a particularidade deste afeto. Lembro, nesse contexto, que o psicanalista relaciona a transformação lingüística do familiar no estranho ao caráter específico do angustiante presente no *unheimlich*. Este angustiante consistiria, pois, em algo recalcado que retorna. Daí, portanto, sua caracterização como ao mesmo tempo secreto e conhecido. Vamos, pois, aos contos.

Logo no início de “O relógio do hospital” já surge a obsessão com o esquartejamento do corpo do narrador-personagem, submetido a uma

operação. Envolvido em agonia, este pensamento não demora a martelar na cabeça do protagonista. “Uma angústia me assalta, a convicção de que me aleijaram. [...] apesar de terem voltado os movimentos, afasto a coberta para certificar-me de que não me amputaram as pernas” (Ramos, 2003, p. 35).

Retomando o ensaio de Freud sobre o insólito, é possível associar a angústia de castração nesta narrativa não apenas ao temor da perda das pernas, mas também ao homem de esparadrapos e sem olhos, que ocupava a enfermaria dos indigentes quando Graciliano parou em frente à sua entrada. “[...] a grade alvacentas aparecera, feita de tiras de esparadrapo, e, por detrás da grade, manchas amarelas, um nariz purulento, o buraco negro de uma boca, buraco negro de órbitas vazias” (*ivi*, p. 34). A perseguição da imagem deste homem se liga ao som das pancadas fanhosas de um relógio – cuja parada, pensa o narrador, significaria a morte do sujeito sinistro – e aos gritos de uma criança. Ao enfrentar dores intoleráveis, o convalescente sofre ainda delírios com bichos e vive num tempo em suspensão.

Já em “Paulo” o duplo que é objeto da obsessão do narrador-protagonista descola-se diretamente do seu corpo e indica, assim, de forma direta a angústia de despedaçamento, sempre suscetível de ligação com aquela da castração. Trata-se de “Paulo”, o lado direito do corpo do personagem, banda podre, que se agarrou a ele como um intruso. Ameaçando corrompê-lo, este deve arrancado na mesa de operações. “Realmente Paulo é inexplicável: falta-lhe o rosto, e o seu corpo é esta carne que se imobiliza e apodrece, colada à cama do hospital. Entretanto sorri” (*ivi*, p. 49).

Considero, contudo, possível avançar no exame dos contos de Graciliano ao sugerir uma segunda camada de leitura, ligada mais ou menos aos mesmos motivos indicados acima. Esta incluiria, pois, os temas do duplo, da cegueira e/ou da perseguição por este outro, interno ou externo. Porém, estes seriam analisados não como evocações de um sujeito que experimente cortes e fraturas em *si* mesmo – permanecendo como aquele que sofre a experiência e a identifica como sua –, mas sim como alusões à destituição do *si* e do *eu* por esta experiência-limite. Refiro-me aqui, em resumo, a um despojamento mais radical do sujeito, numa experiência que se impõe como rompimento na trama do mundo.

É nesse sentido que, suponho, podemos ler a vista escurecida mencionada em “O relógio do hospital” e a neblina que encobre a percepção do narrador-personagem de “Paulo”, assim como a obsessão dos dois protagonistas anônimos por este outro que os invade, mas cujo rosto eles não conhecem. Considero produtivo ainda analisar esta problemática a partir de certas noções teóricas elaboradas por Blanchot¹⁰. Trabalharei aqui, em especial, com aquelas de *passividade* e *fascinação*.

Segundo explica Marlène Zarader, com o conceito de passividade Blanchot afirma a extinção do pólo da consciência, avançando assim na sua compreensão da impossibilidade de apropriação da experiência-limite e do uso da primeira pessoa nesta situação (Zarader, 2001, p. 131-136). É importante lembrar que Blanchot já havia trabalhado, por meio de outros tópicos, esta destruição do sujeito, se esforçando por pensar a ruptura profunda enunciada finalmente com o termo passividade. Com a ideia de *impressoal* (cf. Blanchot,

¹⁰ Ressalto que sou particularmente devedora da abordagem da obra teórica de Blanchot realizada por Marlène Zarader (2001).

1969, p. 153-179, *ivi*, p. 191-200), por exemplo, ele havia indicado o esvaziamento do conteúdo identitário, a destruição do *eu* mundano. A impessoalidade, evidentemente, também pode ser relacionada aos dois contos, cujos respectivos narradores não têm nome nem rosto. Já *Memórias do cárcere*, o autor aponta diversos processos de despersonalização efetuados na cadeia, como a substituição do seu nome por um número, ocorrida na Ilha Grande.

O segundo vocábulo com o qual Blanchot se empenha em analisar esta problemática consiste naquele do *il* (ele) (Blanchot, 1969, p. 556-567). Com este termo, o crítico rasura o lugar do sujeito, extinguindo sua centralidade. Esta passagem da primeira à terceira pessoa pode ser identificada no modo como o narrador de “O relógio do hospital” se refere ao próprio corpo: “parece-me que os ossos agudos, os músculos frouxos e reduzidos, não me pertencem” (Ramos, 2003, p. 33).

Por fim, a destituição última, operada por meio do tópico da passividade, com o qual o próprio pólo receptor é abolido, pode ser examinada a partir de uma problemática bastante específica, presente tanto nas *Memórias do cárcere* quanto nas duas narrativas redigidas na cadeia. Refiro-me aqui àquela da cegueira. Cito, nesse contexto, uma passagem em que o crítico se debruça sobre este conceito: “O discurso sobre a passividade a faz aparecer, a apresenta e representa, enquanto, talvez [...], a passividade seja esta parte ‘inumana’ do homem que, destituído do poder, descartado da unidade, não saberia dar lugar a nada que aparece ou se mostra [...]” (Blanchot, 1980, p. 32, tradução minha).

É nesse sentido que “Paulo”, acredito, é atravessado pelo movimento de invasão e dispersão de uma neblina, dificultando que o narrador reconheça “uma figura alvacentas, que tem agora as feições de minha mulher” (Ramos, 2003, p. 46), entre outras pessoas, objetos. Em “O relógio do hospital”, o apagamento da percepção visual surge de modo mais indireto ou implícito, se optarmos por focá-lo na experiência do personagem-narrador. Este, lembro, parece não reconhecer alguém próximo quando conta que “o médico se dirige em linguagem técnica a uma mulher nova” (*ivi*, p. 33). Em outra passagem, na qual funde tempos diversos, ele anuncia o escurecimento da vista. No entanto, segundo vimos, a cegueira também surge neste conto, de modo contundente, nas “órbitas vazias negrejando” (*ivi*, p. 37) do homem dos esparadrapos. E por fim, nas *Memórias do cárcere*, Graciliano sofre uma ausência temporária de visão, na última fase do seu confinamento. Além disso, logo ao chegar à entrada do porão do navio Manaus, outro dos seus locais de clausura, ele experimenta uma desordem na sua percepção visual. Cito: “durante minutos não compreendi onde me achava. Espaço vago, de limites imprecisos, envolto em sombra leitosa. Lá fora anoitecera; ali duvidaríamos se era dia ou noite. Havia luzes toldadas por espesso nevoeiro: uma escuridão branca” (Ramos, 2008, p. 103).

Como, contudo, podemos pensar uma experiência em que o sujeito se extingue, impedindo assim qualquer possibilidade de relação e encontro? Esta espécie de ausência de relação, ou de relação radicalmente outra, se constituiria, sobretudo, como fascinação, noção próxima daquela de *obsessão*, outro vocábulo também explorado por Blanchot. Para entendê-la, é preciso acompanhar o escritor e crítico em seu empenho por apagar o olho da consciência, processo por meio do qual ele estabelece uma diferenciação entre fascinação e visão. Assim, se esta última exige uma distância para a concretização do encontro, a fascinação consiste num contato, eliminando o intervalo necessário entre quem vê e aquilo que é visto. Cito:

Ver supõe a distância, a decisão separadora, o poder de não estar em contato e de evitar no contato a confusão. Ver significa que esta separação se tornou, no entanto, encontro. Mas o que acontece quando o que vemos, ainda que à distância, parece nos tocar num contato surpreendente, quando a maneira de ver é uma espécie de toque, quando ver é um *contato* à distância? [...] O que nos é dado por um contato à distância é a imagem, e a fascinação é a paixão da imagem (Blanchot, 1955, pp. 28-29, tradução minha).

Blanchot busca pensar, assim, um acontecimento que resiste à produção de sentido. Para tal, ele precisa atingir e romper com o privilégio da visão, indicando uma presença que não pode ser associada a esta. Este reino para o qual ele chama a atenção, explica Zarader, “não é nada além de um rasgo na trama das coisas. O que então se impõe [...] não é nenhum elemento do mundo [...] mas o intervalo puro que surge às vezes [...], o fracasso da constituição” (Zarader, 2001, p. 149, tradução minha).

É possível, pois, identificar esta fascinação nos dois contos de Graciliano, por meio das obsessões que perseguem o narrador-personagem, internado no hospital, onde sofre dores “intoleráveis” (Ramos, 2003, p. 38) e perturbações da visão. Evidentemente, a “passagem” do sofrimento vivido como impossível à sua redação literária, cinco anos depois, exigiu elaborações e recriações. Retornemos brevemente aos contos.

Paulo, lembramos, consiste num intruso ao mesmo tempo familiar-estranho que se apossou do corpo do narrador, devendo ser expelido. Ele não se situa, porém, com precisão, nem dentro nem fora do personagem; ou ao mesmo tempo dentro e fora, tomando o narrador e simultaneamente o apossando do exterior. É assim que, além de constituir esse estranho que se prendeu ao personagem, já no final do conto Paulo aparece “curvado por cima” (*ivi*, p. 51) dele e revolvendo “com um punhal a ferida” (*ibidem*). Fantasma difuso, portanto, cuja presença não parece se ligar ao olhar de um outro que a receberia, inserindo-a num universo de sentido, esta presença é sem figura. “O homem que se apoderou do meu lado direito não tem cara e ordinariamente é silencioso. [...] Defendo-me, gritos palavrões, e o sem-vergonha escuta-me com um sorriso falso, um sorriso impossível, porque ele não tem boca” (Ramos, 2003, p. 48).

Em “O relógio do hospital”, embora o homem dos esparadrapos possua um rosto, este é dominado por vazios e furos. Seu aspecto sinistro é descrito como uma grade composta de fitas de esparadrapo, por detrás da qual surgem os buracos da boca e dos olhos sem órbitas. Ele parece assim possuir mais um moldura tomada por brechas do que propriamente feições. Além disso, segundo mencionei, a obsessão pela sua imagem se associa a sons que assombram e se impõem ao narrador, mas cuja fonte produtora não chega a ser vista: aqueles do relógio e dos gritos de uma criança. Desse modo, a presença do homem de esparadrapos dissemina-se, não se ligando somente a sua figura sem figura nem exigindo para se impor a conexão com um referente que se revela à visão. Por fim, as pancadas e o choro infantil ocupam o espaço e o corpo do narrador, embaralhando distinções entre dentro e fora. “Tenho a impressão de que o pêndulo caduco oscila dentro de mim, ronceiro e desaprumado” (*ivi*, p. 42); “Gritos de criança rasgam-me os ouvidos, como pregos” (*ivi*, p. 39).

Nem no interior nem no exterior, estes outros parecem evocar a abolição desta fronteira, a aniquilação do sujeito numa situação em que não é possível produzir sentido aos acontecimentos. É desse modo que os dois contos se concluem com a destruição última do narrador: “Vou diluir-me [...], perder-me [...] nas pancadas medonhas do relógio velho” (*ivi*, p. 43); “Uma figura branca desmaia. [...] O punhal revolve a chaga que me mata” (*ivi*, p. 52).

A passagem para a ficção, assim como a exploração nesta das indistinções entre delírio e realidade, memória e fantasia, permitem a Graciliano Ramos, como vimos, criar de modo bastante rigoroso esta experiência de sofrimento radical atravessada no hospital e na cadeia, aludindo à abolição do sujeito (como identidade mundana, primeira pessoa que se toma como centro e pólo de consciência) e ao obstáculo da produção de sentido numa situação em que o narrador, atingido como foco de visão, sente-se obcecado por um vazio sem limites. Seu olhar, assim, daria lugar à fascinação. E, segundo a hipótese aqui defendida, a reconstrução desta dor intolerável vivida no hospital auxiliou-o ainda a elaborar seu presente carcerário, assim como resistir a ele. Pois, se este se tem uma dimensão que resiste à sua própria assimilação, a narrativa da internação provavelmente ajudou o autor, ao recriar aquela situação e repeti-la de forma diferenciada, a formar uma memória do que escapa, tanto no presente quanto no passado, ao conhecimento e à compreensão.

Da cadeia à doença: Dyonelio Machado

O escritor e psiquiatra Dyonelio Machado viveu uma situação semelhante à de Graciliano Ramos, ainda que invertida. Segundo mencionei, Dyonelio fez uso das experiências que atravessou em sua prisão política (1935-1937, durante a ditadura de Getúlio Vargas) ao enfrentar uma doença cardíaca em 1941. Foi neste período que ele ditou, de sua cama de doente, seu segundo romance, *O louco do Cati*, à sua mulher e à sua filha. E como buscarei sustentar aqui, de forma sucinta, a ideia de repetição diferencial surge em sua escrita de formas várias.

Primeiramente, duas situações de perigo são contrapostas e revividas: aquela do encarceramento e a da fragilidade física, exatamente como no caso de Graciliano. O enfrentamento da morte por ocasião da doença é expresso explicitamente por Dyonelio. “Eu já tinha tido um colapso periférico e ouvido o grito da minha mulher, que era igual ao grito das mulheres cujos maridos estavam morrendo, e eu como médico sabia disso. Eu reagi contra a morte” (Machado, 1995, p. 28).

Além disso, de acordo com relato do próprio autor, *O louco do Cati* já havia sido imaginado ao longo de outra doença. A situação de enfermidade se repetirá, portanto, cerca de três anos depois, quando ele efetivamente se dedicará ao romance. Talvez, podemos supor, a moléstia à qual ele se refere neste relato seja a mesma que menciona ao lembrar o grito de sua mulher. De qualquer modo, considerando que o relato sobre a doença anterior foi feito em outubro de 1941, podemos situar esta enfermidade primeira nas proximidades da decretação do Estado Novo, em novembro de 1937, período em que se situa, por meio de parcas e indiretas referências, os acontecimentos de *O louco do Cati*. Por último – e é neste ponto que me deterei a partir de então – o próprio enredo do romance traz, em seu bojo, uma experiência de repetição, na defrontação com a violência.

O livro conta, pois, a história de um fugitivo da polícia que inicia um percurso de Porto Alegre a Santa Catarina, onde será preso na chegada a Araranguá. Com o codinome de Norberto, José Cândido de Moraes faz uma viagem “de prazer” até o mar acompanhado de três amigos, grupo ao qual se reúne o “louco” do título do romance. De “olhar sem conteúdo” e nome desconhecido, o protagonista da história prosseguirá a viagem com Norberto, mesmo quando o restante dos companheiros retorna a Porto Alegre. E será preso arbitrariamente junto com seu acompanhante. O arbítrio refere-se ao encarceramento dos dois personagens, visto que mesmo o delegado desconhecia seu motivo. “A tese [...] do delegado era que um homem que se trancafia sem saber exatamente por que e apenas para ser agradável a ilustres desconhecidos [...] só pode ser de importância” (Machado, 2003, p. 67). E se de início a polícia hesitou se deveria também deter o protagonista da trama, em pouco tempo este chegou a ser considerado mais perigoso do que o verdadeiro procurado. Soltando um grito com a chegada dos três homens da corporação, o “louco” será logo tachado de “agitador”.

Apavorado, ele verá no surgimento da polícia mais uma aparição do “Cati”. Elemento-chave na história, este constitui uma espécie de prisão a céu aberto que existiu nas cercanias de Quaraí, cidade natal de Dyonélio Machado localizada na região da Campanha, na fronteira com o Uruguai. As histórias que circulam sobre o Cati e o horror que emanava dele são contadas no livro por Norberto, que parte em seu relato da derrota dos chamados maragatos, nas lutas cruentas da Revolução Federalista:

Havia terminado a revolução com a vitória do governo. Era um fim de século – século dezenove. Fim de mundo...A campanha, principalmente a fronteira – ninho de revolucionários – não estava ainda “pacificada”. Fazia-se necessário isso que depois as guerras iriam chamar “operações de limpeza”. [...] Bem: essa limpeza se inaugurou, se consolidou, se prolongou. Tornou-se coisa regular. – Uma espécie de banditismo legal, entronizado naquele “Castelo”, sobre uma elevação às margens dum arroio, nas caídas dum dos rios que têm mudado de pronúncia com a mudança de fronteira de dois povos inquietos. [...] Já nada mais se fazia então naquela vasta zona sem consultar o Cati. O Cati era o Subestado. [...] Não respeitavam nem as mulheres. E os pais e os irmãos é que pagavam, atirados nos poços medievais. Daí, quando saíam, eram quase sempre degolados. [...] Altivo e frio o Cati apertava, arrastava, triturava. E durante anos, anos. Fez-se uma lenda, real, verdadeira, de sangue, de morte, de terror feudal (*ivi*, p. 30-31).

O horror do Cati atemorizará o protagonista ao longo do romance, assim como o emergirão, em flashback, lembranças da sua infância e do seu tempo de rapaz, associadas ou não explicitamente a esta prisão. O pavor eclode pela primeira vez em Palmares, nas propriedades do “seu Ricardo”, onde as casas tinham “disposição [...] de quartel” (*ivi*, p. 25). Será no dia seguinte à chegada ali do grupo, com a luminosidade do amanhecer, que o maluco se surpreenderá com o aspecto militar do local, “vendo” ali o Cati. Acreditando-se “cercado” pelos expectadores da cena, ele fugirá, em pânico, ganhando o mato. Neste momento, irromperá uma das recordações de menino, ligada ao Cati:

Ele estava com a mão fria e tremendo presa à mão da mãe. Todos, ali defronte da Cadeia, comentavam e esperavam. E quando o homem esquelético

surgiu no terreno da frente [...], reatado em cima do cavalo, as mãos amarradas às costas, guascas manecendo as pernas por baixo da barriga do animal, e vociferando numa revolta ao mesmo tempo enfática e triste, ele quis saber, saber! Já um pelotão de soldados o rodeava. Era a escolta.

– O que eles vão fazer com o homem, mãe?

– Psiu! Vão matar ele lá no Cati...(*ivi*, p. 29).

E assim, este personagem perseguido, tomado por visões e pela invasão do passado no presente, percorrerá passivamente a história. Sem identidade nem rosto, ele atravessa o romance acompanhando outros personagens, que decidem sobre o seu destino, desde o convite para a viagem, em Porto Alegre, até o retorno do Rio de Janeiro ao seu estado natal. O “louco” é tratado como um indivíduo que não atingiu a maioridade, a quem trocam o chapéu, decidem o que irá comer, se aderirá ou não à greve de fome tratada no cárcere etc. Sem quase falar, por vezes ele reage e emite uma ou outra vontade, quase sempre ligada ao temor do Cati. Detido junto com Norberto, ele será levado para Florianópolis e depois mais uma vez transferido, em viagem para o Rio de Janeiro na qual permanece incomunicável.

Em muitas passagens, o “louco” ganha traços de um cão. Ele fareja, estende o focinho e, ao comer, engole “o seu bocado com a sofreguidão serena e irracional dum cachorro, sem mastigar” (*ivi*, 27). Essa cara de cão passará, contudo, por outra espécie de transformação, quando se perceberá como ele “ainda era moço”, no final do romance. Para tal metamorfose será necessário que ele viva e repita o horror que sente do Cati, formando uma camada de memória que o ajudará a assimilar o passado.

Primeiramente, ele repetirá o medo do Cati ao ser tomado por suas visões e ao fugir destas imagens, como se deu nas terras do seu Ricardo. Ele será, porém, obrigado a enfrentar este pavor ao viver, sem nem mesmo supor por que foi enclausurado, a prisão arbitrária, em outro regime de exceção. Pois, mesmo resistindo à entrada no pavilhão e no cubículo onde tentavam lhe encerrar no Rio de Janeiro, certo de que lhe levavam para o Cati, o louco não conseguirá fugir, sendo confinado à força.

Essas experiências, somadas a outros acontecimentos da viagem, serão relembradas no retorno do personagem ao Rio Grande do Sul, indicando que o cárcere e a violência sofrida têm agora uma memória. “Como naquele dia tão diferente (dia de verão), rondando a porta gradeada do cubículo, para sair para cima, para o banho de sol” (*ivi*, p. 179), recorda o “louco” em sua passagem por São Paulo. Já em Santa Catarina, ele se lembra da prisão em Florianópolis, quando foi trancafiado num cômodo sem luz: “(...Naquele tempo, *eles* estavam num quarto muito escuro, lá mesmo...Empenhavam-se numa luta...*A tarefa era não comer!*)” (*ivi*, 211). E serão essas repetições, que primeiro aparecem como assombrações, como nos contos de Graciliano, e depois finalmente se tornam lembrança, que, suponho, o ajudarão a enfrentar o terror de sua infância, os escombros do Cati, nos quais ele chegará após uma última fuga.

Como podemos concluir com base no que foi até agora exposto, os temas da impessoalidade, da perseguição e da visão que se assemelha a um contato (estes dois últimos ligados mais diretamente à problemática da fascinação) são trabalhados no romance. O protagonista, lembramos, consiste neste indivíduo sem história, rosto ou nome conhecidos, personagem despojado, em resumo, dos seus atributos identitários mundanos. Visto e tratado de modo distinto dos

demais, ele é chamado de Louco do Cati, apenas de louco ou mesmo de “seu Cati”, e descrito com feições animais ou infantis.

Além de ser perseguido pelas visões da antiga cadeia a céu aberto, confundida com diferentes locais, o protagonista tem seu olhar tomado por algo que não sabemos o que é. Caracterizado como um olhar de sonâmbulo ou “como diante dum horizonte infinito” (*ivi*, p. 86), em certa passagem este é definido como “um poço” (*ivi*, p. 111). É possível, pois, supor o Louco do Cati fascinado, com seu olhar preso numa distância interminável, indicando antes uma brecha, um rasgo, do que um objeto qualquer.

Será após uma passagem enigmática do romance, em que o “louco”, em sua última fuga, passa a acompanhar um “cachorro fantástico”, tornando-se como que o fantástico dono do cão, que ele sairá à procura do Cati e dos fantasmas de sua infância. Este trecho misterioso dá margem a diferentes leituras, entre as quais aquela de que o protagonista, entregue às suas assombrações, transforma-se num lobisomem. Após esta animalização última, ele reflete sobre a sua própria queda e condição de humilhado: “Bem que sentira sempre a sua sofreguidão canina [...]...os seus silêncios invencíveis de cão [...] – Tudo, assim, havia sido uma ‘preparação’, para aquele momento, - o seu momento. Entrava, como um cão na crise da sua vida” (*ivi*, p. 257). E assim ele enfrentará as ruínas do Cati, dissipando seus pavores.

Este movimento final do livro de Dyonélio opõe-se àquele de Graciliano. Pois, se este coloca ênfase na aniquilação, o primeiro trabalha uma libertação atravessada após uma repetida série de aprisionamentos. De todo modo, os dois autores exploram diferentes estados de destruição do indivíduo traumatizado, pela violência histórica e pelo sofrimento físico e, ao escrever, apóiam-se na memória e recriação de dores passadas para resistir ao presente. Graciliano, segundo vimos nos dois contos, avança em diferentes estados de despojamento do sujeito, passando desde a impessoalidade até a perda da consciência nas perturbações visuais do narrador-personagem. E se Dyonélio sugere o estado de fascinação e obsessão do “louco” - com seu olhar perdido e sem conteúdo, frequentemente assombrado por imagens do Cati -, e constrói um personagem destituído das suas características pessoais e sociais, ele também desdobra um relato que mantém certo distanciamento das percepções e vivências deste enigmático protagonista. Narrado por uma “terceira pessoa” onisciente, mas que realiza um movimento de aproximação e afastamento dos pensamentos e comportamentos do protagonista, descrevendo tanto suas lembranças quanto o olhares e percepções do exterior sobre ele, o romance deixa mais espaço ao leitor para imaginar e construir a experiência do protagonista do que avança, como fez Graciliano, na recriação rigorosa desta.

A repetição literal das *Memórias do esquecimento*

O jornalista e escritor Flávio Tavares se debateu por décadas até testemunhar em suas *Memórias do esquecimento* a brutalidade da ditadura militar brasileira. Seu livro foi lançado, pois, somente trinta anos após a partida para o exílio do autor, então combatente na resistência ao arbítrio e à repressão vigentes. Preso três vezes no Brasil (1964, 1967 e 1969), Tavares foi um dos 15 prisioneiros políticos libertados em “troca” do então embaixador dos Estados Unidos Charles Elbrick, sequestrado em 1969. Em 1977, o escritor foi sequestrado e encarcerado pelo Exército uruguaio, quando estava de passagem

por Montevidéu, já durante o exílio. Tanto no Uruguai quanto em sua última prisão no Brasil, ele sofreu terríveis torturas. Nesse contexto, seu trabalho de memória traz as marcas fundamentais da impossibilidade de esquecer os horrores vividos, da invasão do passado no presente e da confrontação entre a necessidade e a impossibilidade de narrar. Estas marcas, como se sabe, são características da literatura de testemunho e foram exploradas por Graciliano Ramos em *Memórias do cárcere*.

Considero de grande interesse a particularidade do insólito nessa narrativa sobre a ditadura. Pois, ao que se conclui inicialmente, a tortura vivida pelo autor é decisiva para a crueza com que seu dilaceramento surge no texto, na forma de um pesadelo traumático que o perseguiu ao longo de uma década de exílio: “Meu sexo me saía do corpo, caí-me nas mãos como um parafuso solto. E, como um parafuso de carne vermelha, eu voltava a parafusá-lo, encaixando-o entre minhas pernas, um palmo abaixo do umbigo, no seu lugar de sempre” (Tavares, 2005, p. 19). A angústia da castração aqui enunciada, não é preciso lembrar, fundamenta-se na ameaça direta vivida por Tavares no Quartel da Polícia do Exército do Rio, na Rua Barão de Mesquita: “Na madrugada, o sargento Thimóteo enrolou-me os fios no pênis. Girou girou girou girou a manivela. Eu uivei e caí no chão” (*ivi*, p. 21).

Os recursos do onírico, do fantástico e do fantasmático, geralmente empregados no trabalho do *unheimlich*, ganham aqui um excesso de realidade que me parece bastante característico. Embora a castração do autor surja sempre na forma de um pesadelo, este se revela claro, repetitivo (com apenas pequenas variações), a ponto de Tavares sonhar que havia se habituado a ele. Estes pesadelos devem ser compreendidos, acredito, com base no exame das neuroses traumáticas realizado por Freud. Como lembra o psicanalista, nos sonhos do neurótico traumático que se salvou de um grave acidente, ele volta “sempre [...] à situação do acidente, da qual desperta com renovado terror” (Freud, 2010, p. 169).

Com efeito, segundo ressalta Freud, nas neuroses traumáticas o fator terror parece ter grande peso. Diferentemente da angústia, cujo estado ajudaria a preparar o indivíduo para a situação de perigo, no terror o perigo surge sem nenhuma expectativa prévia, de surpresa. Desse modo, ao repetir o trauma vivido, o indivíduo desenvolveria o afeto da angústia, procurando obter certo domínio e preparo para o que sofreu, ainda que de modo retrospectivo. Esta angústia, como veremos, acompanhará Tavares ao longo das repetições de seus sonhos, iniciados 45 dias após a libertação de sua terceira prisão, quando já exilado, no México, “começaram a desaparecer os anéis escuros, de um tênue marrom filigranado, com que meu pênis tinha sido marcado pelos choques elétricos” (Tavares, 2005, p. 20).

As imagens do pesadelo de Tavares, segundo vimos, se impõem de forma literal e direta, com a castração e o subsequente reencaixe do sexo no corpo do autor. Desse modo, ele repete não exatamente o que lhe ocorreu, mas o que percebeu ter experimentado na hora:

Não tive a sensação de que o meu sexo se queimava ou se despedaçava. Era como se o amputassem sem bisturi nem anestesia. Talvez num puxão. Horas depois, numa pausa do choque elétrico, toquei-me as cuecas para ter certeza de que tudo em mim continuava intacto e no lugar de sempre (*ivi*, p. 21).

É este terror que, suponho, ele irá repetidamente reviver, desenvolvendo a angústia ao mesmo tempo que buscando a segurança de que possui controle da situação, a certeza de que se salvou e que conseguirá, assim, solucionar a amputação, não sofrendo uma castração definitiva. Tavares explica, pois, que chegou mesmo a sonhar com resolução das imagens oníricas da noite anterior, com a sua aptidão para, mais uma vez, evitar a amputação final.

Neste pesadelo o sinistro cola-se à própria literalidade das imagens sonhadas. Estas não parecem, pelo menos numa primeira leitura, terem sofrido grandes distorções, condensações e substituições, tão frequentes nos sonhos que trazem significados e realizações de desejos inconscientes – distintos daqueles traumáticos, segundo o exame de Freud. Com grande chance de ter sido experimentada sob o terror e a surpresa, a situação de sofrimento – provavelmente imposta àquele sujeito aniquilado descrito por Blanchot com base no conceito de passividade, cujo polo da consciência se apagou –, resiste à simbolização. Assim, suas imagens literalmente assombram e se apoderam do indivíduo, como um fantasma.

Ao repetir o terror vivido, além de desenvolver a angústia, o indivíduo busca assimilar a experiência parcialmente desconhecida, inacessível. Por esse motivo, tenho sugerido aqui, ao analisar os textos de Graciliano Ramos e Dyonélio Machado, que o apoio numa situação traumática anterior (já mais elaborada e sedimentada) pode ajudar a consolidar as experiências do presente, que escapam ao indivíduo. O sofrimento anterior funciona assim como uma memória inicial, que o ajuda a construir aquela que lhe falta.

É possível, contudo, ao retornar ao testemunho de Tavares, identificar uma segunda camada de leitura, segundo a qual a experiência traumática repetida no pesadelo já se misturaria a conteúdos inconscientes. Refiro-me aqui à ligação entre o pesadelo e o exílio. Pois, ao que parece, de algum modo a angústia de castração se associou à experiência de ter sido banido do país.

Segundo conta o autor, os pesadelos o perseguiram, de modo intermitente, por uma década. Tendo se iniciado pouco mais de um mês após a chegada dele ao México, estes sofreram algumas interrupções na Argentina, único destino cuja escolha partiu voluntariamente do escritor. Mas logo que este país alcançou o auge do horror ditatorial, as imagens retornaram. Cessadas durante o período do sequestro e da prisão no Uruguai, elas voltam, abrandadas, quando ele retoma a liberdade e a condição de exilado, desta vez em Portugal. “Paradoxo de si próprio, o pesadelo só aparecia em vida e em liberdade” (*ivi*, p. 22), conclui.

A condição de estar vivo e livre, porém privado dos laços com o seu país, se associa, assim, ao corte da castração. O pesadelo só desaparecerá, de fato, dez anos depois, com a anistia, em 1979, quando Tavares retorna ao Brasil. Até então, os 15 presos “trocados” pelo embaixador americano viveram o “banimento”, determinado por Ato Institucional. Decretado alguns dias depois que eles saíram da cadeia, o Ato trazia data atrasada, como se tivesse sido estabelecido antes da viagem rumo ao México. A fórmula jurídica que estipulou o “banimento do território nacional”, lembra Tavares, é “idêntica ao degredo adotado nos tempos da Colônia Portuguesa contra os Inconfidentes de Minas Gerais” (*ivi*, p. 157).

Mas retornemos às repetições das imagens oníricas, sejam estas lidas ou não como associadas ao sofrimento do exílio. Pois, antes de concluir, gostaria de

destacar a importância de um outro tipo de repetição (da tortura e de outras experiências de terror), fundamental para Tavares, de acordo com seu próprio depoimento: aquela realizada pela escrita¹¹.

Segundo conta o autor, seu livro começou a ser redigido logo depois da sua volta do exílio, numa madrugada de 1980, em São Paulo. Foi nesta ocasião que ele escreveu o texto que depois aproveitará como seu primeiro capítulo (“O exílio no sonho”), no qual trata do pesadelo traumático. Ele não levou, porém, o processo adiante, deixando o texto de lado – este chegará a ser extraviado, sendo reencontrado apenas com o livro já reiniciado. Apesar de se sentir em débito consigo mesmo, Tavares ainda levará quase 20 anos para se dedicar às suas memórias da ditadura. “Eu me deitava e dizia: bom, amanhã vou começar o livro. E não começava. Deixava para o outro dia, para o outro dia...Protelando”, diz. Mais de 15 anos depois, quando se aproximam os 30 anos do sequestro do embaixador Charles Elbrick, o jornalista decide retomar a escrita. Nesta ocasião, ele percebeu a importância de aproveitar a data do aniversário do sequestro para trazer o tema à tona. E seu senso de obrigação se impôs, levando-o a finalmente concretizar o livro.

Contudo, além de ter cumprido este dever consigo mesmo e com a história, o processo de escrita foi essencial para que, repetindo mais uma vez as situações atravessadas, ele conseguisse, ao menos em parte, se libertar delas. “Eu só me senti bem, psicologicamente, depois que consegui exteriorizar em detalhes a história da tortura”, conta. E a experiência de escrita constituiu, de fato, uma repetição de dores e angústias. É nesse sentido que, segundo explica, ele não simplesmente reviveu o que narrou, mas sim viveu:

Eu me lembro que escrevi num ano que houve muito frio aqui em Búzios. Fazia frio e eu suava de gotejar naquelas cenas em que eu revivo a tortura. Eu suava, suava. Houve momentos, na descrição da minha prisão no Rio de Janeiro em 1969, por exemplo, que eu tive que interromper o livro. Interrompi, parei e fui me deitar. Fui me deitar e não conseguia dormir. Eu não revivi. Eu vivi. Eu passei a viver de novo aquele mesmo momento. Eu só não senti o gosto de metal na boca que o choque elétrico deixa. No resto, eu tive quase as mesmas reações.

Nesta diferença entre reviver e viver, suponho, está a lacuna deixada pelo trauma, cujo impacto se impõe sob o terror, impedindo sua assimilação e simbolização. Nesse sentido, mais do que recuperar uma experiência do passado, relembrando-a, seria preciso repeti-la, de modo a permitir que ela se sedimente como memória e narrativa. “Eu nunca escorreguei para a ficção. O que eu faço é tentar uma interpretação. Quando eu descrevo a tortura, digo que ela é uma cegueira. Isso é o que eu sinto hoje do que acho que sentia naquele momento”, conclui Tavares.

Considerações finais

Ao examinar aqui a escrita literária do trauma e, em especial, os diversos papéis e formas que a repetição e o sinistro podem ganhar nesta escrita, me

¹¹ Todas as citações de Flávio Tavares, transcritas a partir de então, foram retiradas da entrevista concedida a mim pelo autor. A entrevista foi realizada nos dias 4 e 5 de abril de 2012, em Búzios.

debrucei sobre cinco textos de ficção (romance e conto) e de não ficção produzidos em três momentos de lutas políticas da nossa história. Eu me propunha, dessa maneira, a analisar as forças e os limites dessas narrativas, assim como explorar a diversidade de modos de elaboração do sinistro. Também me interessava em particular destacar a potência que a repetição pode atingir nesta literatura, marcada pela resistência à simbolização e à produção de sentido.

Após analisar textos de Everardo Dias, Graciliano Ramos, Dyonelio Machado e Flávio Tavares, sempre de maneira bastante sintética, considero importante apresentar algumas conclusões parciais. Primeiramente, é possível dizer, esquematicamente, que trabalhei aqui basicamente com três formas de sinistro: aquela que emprega de modo mais explícito o aparato da literatura fantástica (temas, imagens, vocabulário); o sinistro que poderíamos chamar de material, desdobrado da descrição concreta das prisões e capaz de evocar a dimensão de morte que estas trazem (Everardo Dias); e um sinistro literal, cujo horror está colado ao retorno compulsivo da situação traumática, que se impõe cruamente.

As potências destas formas não podem ser lidas de modo descontextualizado, como se estivessem ligadas unicamente ao seu emprego, sem levar em consideração as outras escolhas realizadas pelo autor (ficção ou não; priorização do aspecto documental do texto etc). Dessa maneira, o aparato fantástico pôde ser explorado com mais vigor e rigor em Graciliano Ramos do que em Everardo Dias, que, envolvido numa luta pela memória, opta por não deslizar jamais para a ficção, empregando muitas vezes a linguagem ligada ao fantástico de forma supérflua. Será apenas ao alcançar um núcleo do sinistro numa descrição mais objetiva, compatível com a sua narrativa, que ele obterá êxito e, ao mesmo tempo, criará um contexto propício para, aí sim, citar elementos do fantástico.

Permanecendo no diálogo estabelecido com esta literatura, é possível ainda contrapor os contos de Graciliano ao romance de Dyonelio Machado. Assim, o primeiro recria, com apoio em motivos amplamente explorados por esta ficção, a experiência de aniquilação do narrador-personagem, mantendo um foco cerrado nesta experiência. No segundo, este foco se desloca, se aproximando e afastando do protagonista que ganha traços fantásticos e expressionistas, em seu ser descarnado, olhar perdido e feições caninas. Ao se distanciar do personagem, o narrador de Dyonelio opta muitas vezes por sugerir mais do que avançar na situação atravessada, além de conseguir assim inserir seu protagonista numa narrativa que também traz características realistas. Por fim, segundo vimos, as memórias de Flávio Tavares se iniciam com a narrativa contundente de um pesadelo traumático, cuja dimensão sinistra não é evocada, mas se impõe literalmente com a própria violência sofrida que ela repete.

Antes de concluir, lembro que trabalhei com diferentes recursos à repetição. Primeiramente, chamei a atenção para o apoio na repetição da memória do passado, individual e/ou coletivo, especialmente proveitoso na produção de sentido para o presente de exceção e na resistência a este. Este recurso, segundo vimos, foi empregado tanto na leitura histórica realizada por Everardo Dias quanto na elaboração do presente realizada por Graciliano e Dyonelio. Outra forma de repetição, a mais próxima aqui daquela trabalhada por Freud em seu conceito de trauma, é aquela que aparece nos pesadelos de

Flávio Tavares, por meio da qual ele, acredito, assimilou, ao menos em parte, os impactos vividos sob uma situação de terror. E, como não podia deixar de mencionar, uma repetição última pode ser identificada no trabalho de recriação realizado pela escrita, no qual, com apoio menor ou maior na imaginação, na memória e/ou em documentos, os autores se defrontaram com experiências dolorosas do passado coletivo e individual, repetindo-as de certo modo e, em especial, buscando sua extinção.

Bibliografia

- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo, Brasiliense, 1993.
- BLANCHOT, Maurice. *L'Écriture du desastre*. Paris, Éditions Gallimard, 1980.
- BLANCHOT, Maurice. *L'Entretien infini*. Paris, Éditions Gallimard, 1969.
- BLANCHOT, Maurice. *L'espace littéraire*. Paris, Éditions Gallimard, 1955.
- CARUTH, Cathy. *Unclaimed experience*. Baltimore e Londres, The Johns Hopkins University Press, 1996.
- DIAS, Everardo. *Bastilhas modernas*. São Paulo, Ed. de Obras Sociais e Literárias, [1927].
- DIAS, Everardo. *Memórias de um exilado*. São Paulo, [s.n.], 1920.
- DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil*. São Paulo, Alfa-Omega, 1977.
- DULLES, John W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977.
- FREUD, Sigmund. *História de uma neurose infantil: ("O homem dos lobos"): além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920)*. São Paulo, Companhia das Letras, 2010.
- FREUD, Sigmund. *L'inquiétante étrangeté et autres essais*. Paris, Éditions Gallimard, 1985.
- LEUENROTH, Edgard. "Dados biográficos do autor" in DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil*. São Paulo, Alfa-Omega, 1977.
- MACHADO, Dyonelio. *O cheiro de coisa viva*. Rio de Janeiro, Graphia Editorial, 1995.
- MACHADO, Dyonelio. *O louco do Cati*. São Paulo, Editora Planeta do Brasil, 2003.
- MIRANDA, Wander Melo. *Corpos escritos*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo; Belo Horizonte, Editora da UFMG, 1992.
- MORAES, Dênis. *O velho Graça*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1996.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.
- RAMOS, Graciliano. *Cartas*. Rio de Janeiro, Record, [1981].
- RAMOS, Graciliano. *Insônia*. Rio de Janeiro, Record, 2003.
- RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*. Rio de Janeiro, Record, 2008.
- RAMOS, Graciliano. *Manuscrito de Paulo*. Arquivo Graciliano Ramos, Manuscritos, Insônia. "Paulo". Código de referência GR-M-02.02; caixa 005 (Instituto de Estudos Brasileiros/IEB USP). 9 jul. 1936.
- RAMOS, Graciliano. *Manuscrito de O relógio do hospital*. Arquivo Graciliano Ramos, Manuscritos, Insônia. "O relógio do hospital". Código de referência GR-M-02.03; caixa 005 (Instituto de Estudos Brasileiros/IEB USP). 23 jul. 1936.
- RAMOS, Graciliano. *Manuscrito de A testemunha*. Arquivo Graciliano Ramos, Manuscritos, Insônia. "A testemunha". Código de referência GR-M-02.05; caixa 005 (Instituto de Estudos Brasileiros/IEB USP). 8 ago. 1936.

RIDENTI, Marcelo. *Brasilidade revolucionária*. São Paulo, Editora UNESP, 2010.
TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. Rio de Janeiro, Record, 2005.
ZARADER, Marlène. *L'être et le neutre*. Lagrasse, Éditions Verdier, 2001.

Daniela Birman: doutora em Letras (Ciência da Literatura) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Daniela Birman é atualmente pesquisadora colaboradora da Unicamp, na qual desenvolve no Instituto de Estudos da Linguagem o projeto de pós-doutorado “Confinados: escrita e experiência do cárcere em Lima Barreto e Graciliano Ramos”. O estudo conta com financiamento da FAPESP.

Contato: danielabirman@gmail.com

Recebido: 01/09/12
Aprobado: 15/12/12